

## **A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA É UMA OBRIGAÇÃO PARA TODOS NÓS!**

Há cinco anos atrás tivemos a possibilidade ouvir em Malmö, na Suécia, Ernst von Weisäcker, grande especialista de questões de ambiente e energia e fundador do Instituto Wuppertal na Alemanha, referir um facto preocupante: o crescente consumo de bens e serviços está a lançar a Humanidade numa situação que pode ser catastrófica. Lembrava esse velho especialista que o impacto desse consumo pode ser expresso por aquilo que ele designou por “pegada ecológica” que é, em média, a área requerida para providenciar todos os bens e serviços que uma pessoa de Portugal, da Suécia, do Japão, da Índia ou dos EUA vai consumindo. A situação é espantosa: a área média para um alemão ou um sueco é de uns quatro hectares, enquanto que para um cidadão dos EUA são quase 8 hectares; mas para um indiano são somente 0,7 hectares! E imaginemos, dizia ele, que “todos os seis milhares de milhões de pessoas que existem no Mundo passassem a consumir como os americanos dos EUA: iríamos necessitar de quatro planetas Terra para acomodar todas estas “pegadas””. E concluía: “os estilos de vida dos americanos e dos europeus não são sustentáveis!”

Isto foi afirmado numa Conferência Europeia organizada por uma das maiores organizações cooperativas de consumidores – a Kooperativa Forbundet da Suécia – para reflectir sobre as questões ambientais. E refiro-me a este facto para demonstrar que as organizações de consumidores

estão de há muito sensibilizadas para a necessidade de reduzir o consumo nomeadamente o de energia. A organização que estou aqui a representar, a FENACCOOP-Federação Nacional das Cooperativas de Consumidores e também outras organizações de consumidores aqui presentes, estão assim na primeira linha para o combate crucial da eficiência energética.

Não admira, por isso, que nos congratulemos com a iniciativa da ERSE que vem exactamente na linha do que há muito preconizamos nas nossas publicações sobre esta questão: a necessidade urgente de as empresas de todos os sectores e de os consumidores de todos os tipos terem a consciência clara da necessidade de economizar energia por todas as formas. A primeira e a mais poderosa estratégia é a *revolução da eco-eficiência*, diria o citado Ernst von Weisäcker, pois se sabe hoje que é possível:

- Construir carros para consumir muito menos combustível aos 100 km;
- Construir edificios que necessitam de menos de metade da energia para aquecimento actualmente dispendida;
- Criar sistemas de ar condicionado que reduzam o consumo de electricidade em mais de 50%;
- Produzir legumes e frutos com uma percentagem de energia muito inferior à vulgarmente utilizada.

mas para que isso aconteça é necessário promover não só uma mudança urgente nas tecnologias mas também fazer tudo quanto for possível para consciencializar os

consumidores para a uma efectiva mudança de atitude na utilização da energia.

Ora é aqui que queríamos salientar o facto de as associações e entidades que visam a promoção e defesa dos interesses dos consumidores, lamentavelmente, não poderem vir a ser promotores de eficiência energética no quadro do Plano de Promoção de Eficiência Energética apresentado pela ERSE. Claro que isto uma consequência óbvia do Regulamento Tarifário em vigor (só podem ser promotores os comercializadores, os agentes externos e os operadores de rede).

Assinalámos tal situação no comentário enviado àquela entidade – comentário que pode ser lido no portal da ERSE – mas congratulamo-nos pelo facto de também a mesma incongruência ter sido salientada no Parecer do Conselho Tarifário sobre o mesmo Plano.

Compreende-se mal esta situação, que é urgente alterar, pois o papel das organizações de consumidores é insubstituível principalmente quanto à confiança que estes possam vir a ter na informação que lhe for disponibilizada sobre a eficiência energética.

Por isso seria lógico que numa futura revisão do Regulamento Tarifário esta anomalia fosse corrigida, de modo que a estas organizações não fosse vedado o poderem assumir o papel de promotores das chamadas medidas intangíveis consideradas no PPEC.

Até que isso aconteça parece-nos importante que os promotores referidos procurem efectuar parcerias com essas

organizações de forma envolvê-las nos seus projectos. Foi isto que a FENACOOOP sugeriu no seu comentário apresentado à ERSE sobre o PPEC. E sugeriu ainda mais: que na avaliação de cada projecto apresentado pelos promotores fosse considerado como factor positivo para essa avaliação o envolvimento das associações de consumidores do sector respectivo.

Da FENACOOOP e de todas as cooperativas de consumo suas filiadas poderão esperar sempre uma atenção especial a este problema quer através dos nossos meios de informação quer das constantes acções de formação que desenvolvemos, quer ainda no diálogo permanente que mantemos com as entidades oficiais, ao nível nacional e ao nível autárquico na nossa qualidade de organização de consumidores.

*Faustino Cordeiro*